

DIFICULDADES ELENCADAS POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM QUANTO AO USO DE FITOTERÁPICOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ana Cristina Lima Carvalho (1); Gisele Dias Dantas (2); Jaqueline Holanda Brito Borges (3); Sílvia Tainá Barroso Guedes (4) Waleska de Brito Nunes (5).

(1) Acadêmica de Enfermagem. *Universidade Federal de Campina Grande*. Centro de Educação e Saúde (CES), campus Cuité-PB. ana.cristinalima290@gmail.com

(2) Acadêmica de Enfermagem. *Universidade Federal de Campina Grande*. Centro de Educação e Saúde (CES), campus Cuité-PB. diasgd19@gmail.com

(3) Acadêmica de Enfermagem. *Universidade Federal de Campina Grande*. Centro de Educação e Saúde (CES), campus Cuité-PB Jaqueline.holanda@hotmail.com

(4) Acadêmica de Enfermagem. *Universidade Federal de Campina Grande*. Centro de Educação e Saúde (CES), campus Cuité-PB silviataina@gmail.com

(5) Professora do curso de Enfermagem. *Universidade Federal de Campina Grande*. Centro de Educação e Saúde (CES), campus Cuité-PB. waleska.ufcg@outlook.com

RESUMO: **INTRODUÇÃO:** O uso de plantas medicinais e a fitoterapia são práticas que permeiam nossa sociedade desde as civilizações antigas. No Brasil, apenas no ano de 2006 com a criação da Política Nacional de Práticas Integrativa e Complementar (PNPIC) instituiu-se essas práticas na Atenção Primária à Saúde (APS) no SUS. **OBJETIVO:** Elucidar o conhecimento dos enfermeiros acerca da fitoterapia, ressaltando quais são os principais fatores que influenciam a implementação dessa prática. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em abril de 2016; nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a MEDLINE® e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sendo complementada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). **RESULTADOS:** Os profissionais e gestores da APS, apresentam apenas o conhecimento popular sobre a fitoterapia. As principais dificuldades encontradas na implementação da fitoterapia nos serviços de saúde são a relutância cultural apresentada pela população, à insuficiência de conhecimento dos profissionais de saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares (PIC), a carência de insumos e a inconsistência do saber popular. **DISCUSSÕES:** Constatou-se a necessidade de capacitação dos profissionais para que estes possam articular o conhecimento científico com o popular a fim de maximizar a prática dessa terapia. **CONCLUSÃO:** Os resultados apontam interesse dos profissionais em trabalhar com os fitoterápicos, porém, muitos referem não ter segurança para abordar o tema e indisponibilidade de insumos. O problema na formação profissional dos enfermeiros nos faz repensar a valorização das terapias complementares desde o processo de formação desses profissionais.

Palavras-chave: Terapias complementares; Fitoterapia; Assistência de enfermagem; Saúde.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais e a fitoterapia são práticas que permeiam nossa sociedade desde as civilizações antigas. Desde a colonização do Brasil a fitoterapia já estava presente sendo utilizada pelos índios, porém,

nas décadas de 40 e 50 houve redução significativa em seu uso, devido ao processo de industrialização e aumento de medicamentos alopáticos. Atualmente a fitoterapia é usualmente empregada, e de modo eficaz, no tratamento complementar,

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br

em indivíduos de menor renda. O uso crescente dessa prática pela população se dá tanto pelo avanço da ciência, e pelo reconhecimento dos medicamentos fitoterápicos, como também pela procura da sociedade em tratamentos que gerem menos danos ao organismo. Hoje em dia a população procura os serviços de saúde tanto para atendimento alopático, como para o tratamento utilizando plantas medicinais, exigindo do profissional um conhecimento prévio acerca do tema (BRUNING, MOSEGUI, VIANNA, 2012).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) enquadra as Práticas Complementares e Integrativas como Medicina Tradicional e Medicina Complementar e Alternativa (MT/MCA). No Brasil, no ano de 2006 com a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementar (PNPIC) é que se buscou instituir essas práticas no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), disponibilizando informações a fim de estimular e implementar essa prática dentro do SUS. Muitos foram os avanços nas últimas décadas com a valorização dessa prática e a disseminação do seu conhecimento dentre da ESF, porém, muitos profissionais de saúde referem não ter conhecimento suficiente para utilizar essa prática no dia a dia, seja por não tido conhecimento durante a graduação ou

devido à falta de capacitação (BRASIL, 2012; (BRUNING, MOSEGUI, VIANNA., 2015).

A China é o país campeão na utilização de plantas medicinais, no ocidente a Alemanha é o principal incentivador das terapias naturais, esses produtos chegam a ocupar 40% das prescrições médicas. Cerca de 70% a 90% da população de países em desenvolvimento utilizam-se das plantas medicinais na assistência farmacêutica. No Brasil cerca de 82% da população utiliza produtos a base de plantas medicinais, sendo a sua maior utilização, nos estados nordestinos, onde esses produtos estão mais disponíveis e ainda por sua utilização ser tida como prática cultural que ultrapassa gerações (BRASIL, 2008; SANTOS et al., 2011).

A fitoterapia vem sendo a prática integrativa mais utilizada nos últimos anos, a mesma se dá pela utilização de fitoterápicos, ou seja, aquele composto obtido apenas de matéria prima de origem vegetal, que tanto os riscos quanto a eficácia sejam de conhecimento da população. A problemática está no fato da comercialização desses produtos, ser feita de forma indiscriminada, não atendendo à exigência de qualificação da farmacovigilância, acrescente-se a isso, o uso indevido pela população, podendo causar diversos efeitos colaterais e tóxicos ao usuário. Antes de serem utilizadas, é necessário que as plantas passem por vários

processos, para que, por fim se obtenham fórmulas que garantam seu uso seguro (SANTOS et al, 2011).

A incorporação dessa prática ainda gera desconforto e dúvidas entre os profissionais de saúde, a grande maioria refere não sentir-se seguro para trabalhar com esses produtos, devido à falta de capacitação, levando então a indicações de uso errôneo e até mesmo, a desestimular a população a adotar essa prática (SHEVEITZER, ZOBOLI, 2014).

Devido ao crescente uso dessa prática, principalmente na região nordeste do Brasil, e também da frequente utilização como tratamento complementar pela população mais carente, nota-se a necessidade dos profissionais de saúde em obter conhecimento e capacitação acerca do tema, no intuito de diminuir a utilização indevida dos fitoterápicos e a prevenção de possíveis efeitos tóxicos aos usuários.

Essas práticas também podem fortalecer o vínculo entre os usuários e profissionais de saúde, visto que, as mesmas são comuns em diversas culturas. Assim sendo, justifica-se a escolha do tema devido à percepção do valor que o mesmo tem na política de saúde pública atual. Seus resultados certamente poderão subsidiar discussões que vislumbrem a melhoria da

assistência realizada pelos profissionais de saúde.

Essa pesquisa, portanto, tem o intuito de elucidar o conhecimento dos enfermeiros acerca da fitoterapia, ressaltando quais são os principais fatores que levam a não implementação dessa prática nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada no período de abril de 2016, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a PubMed. Foram utilizadas as bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a MEDLINE®, Biblioteca Científica Eletrônica Virtual (SciELO), Foram usados os seguintes descritores em ciências da saúde (DESc): Fitoterapia; Assistência de Enfermagem; Saúde; Terapias Complementares. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: ser artigo original publicado entre os anos de 2010 a 2015, no idioma português e ter como objetivo tratar do conhecimento dos enfermeiros acerca da fitoterapia nos serviços de saúde. A pesquisa a partir dos descritores sem os critérios de inclusão apresentou 69 artigos, desses foram filtrados 23 artigos com os critérios: estarem na língua portuguesa e terem sido publicados nos anos de 2011 a 2015, após a análise dos trabalhos, observou-se que apenas 11 abordavam o tema de

interesse. Também foram utilizadas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).

RESULTADOS

Boa parte dos profissionais que compõe a APS, incluindo os gestores, apresenta apenas o conhecimento popular sobre a fitoterapia. Segundo o estudo de Fontenele et al (2013), realizado com 68 profissionais de saúde, observa-se que 79,4% desses profissionais já fizeram uso da fitoterapia em algum momento de sua vida, sendo que desse quantitativo cerca de 57,2% referiram que esse tema não foi abordado no seu meio acadêmico. Já aqueles que alegam algum tipo de conhecimento, relatam que obtiveram por meio de seminários dentro de alguma disciplina, projetos de extensão ou em programas de pós-graduação. Desta forma, cerca de 92,6% dos profissionais participantes do estudo, só obtiveram o conhecimento da cultura popular de forma isolada, ou de forma conjunta ao conhecimento científico, sendo assim uma experiência mínima. Em relação ao conhecimento sobre a Política Nacional de práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), 85,3% dos profissionais informaram que não tinham conhecimento sobre a mesma. A maioria dos profissionais de saúde referia não orientar os usuários e não indicar a fitoterapia como forma de tratamento, devido a alguns fatores como: a falta de

conhecimento técnico; medo que o paciente abandone a terapia medicamentosa; pouco tempo disponível para realizar a consulta e demora na obtenção de melhoria no prognóstico. Verificou-se ainda, o fato de muitas vezes os pacientes escondem a utilização e a crença em plantas medicinais por achar que os profissionais de saúde não compreendem ou discriminam a crença nessa prática.

Segundo Varela e Azevedo (2014) Apesar dos profissionais não apresentarem conhecimento suficiente acerca do tema, muitos deles reconhecem e valorizam a importância dessa prática no âmbito da saúde atual, dentre os benefícios citados pelos enfermeiros estão: menos efeitos adversos e colaterais, redução da dependência ao medicamento; fácil acesso ao paciente; baixo custo e união do saber científico ao saber popular, facilitando a adesão ao tratamento.

No estudo de Bastos e Lopes (2010) Dos 15 enfermeiros presentes na pesquisa 60% deles não tinha conhecimento formal sobre a fitoterapia, 20% desses atribuíram o conhecimento a cursos de capacitação, 6,6% durante a graduação, 6,6% no trabalho e 6,6% respondeu ter adquirido em outros meios de comunicação. Dentre as 15 USFs apenas 3 trabalhavam com essa terapêutica. Quanto as dificuldades relatadas pelo enfermeiro para implementar essa prática foram citadas

quatro: conhecimento insuficiente por parte dos profissionais; falta de incentivo dos gestores; falta de estrutura física e falta de acesso a matéria prima.

Em contrapartida o estudo realizado por Varela e Azevedo (2013) no município de Caicó/RN aponta que as principais dificuldades encontradas na implementação da fitoterapia nos serviços de saúde são a relutância cultural apresentada pela população; à insuficiência de conhecimento dos profissionais de saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares (PIC); a carência de insumos e a debilidade do saber popular.

Segundo Santos et al., 2014 A OMS tem demonstrado um maior interesse no uso de plantas medicinais, criando políticas que encorajem seu uso e desenvolvam pesquisas nessa área. Diferente do que mostra o estudo de Antonio, Tesser, Moretti- Pires., 2014 ao relatar um pequeno número de publicações, 53 estudos, presentes apenas em 350 municípios, além de terem pouca experiência registrada na literatura sobre o uso de plantas medicinais.

Estudo realizado por Ceolin et al (2013) com 41 profissionais de saúde dos quais 58 % trabalhavam em Estratégia de Saúde da Família, demonstra que desses 61% referiram ter conhecimento de que a comunidade da área de abrangência faz uso de

plantas medicinais e 60% referiram que no seu cotidiano são solicitadas informações a respeito de plantas. Contudo, apenas 31% relataram que orientam a comunidade sobre o uso de plantas medicinais com frequência e 75% nunca realizaram cursos e/ ou capacitação sobre terapias complementares. O estudo mostrou ainda, que 75% referiram nunca terem realizado curso de capacitação na área, o que demonstra um grande déficit de conhecimento e interesse por parte dos profissionais a respeito do tema.

O mesmo autor cita um estudo realizado no município de Campinas, São Paulo, também com profissionais de saúde, o qual demonstrou que 51% dos profissionais tinham algum tipo de capacitação em alguma das áreas de terapias complementares, o que contraria o mostrado no artigo anterior. No entanto, esse tipo de iniciativa só ocorre de forma pontual, abrangendo apenas alguns profissionais dificultando, assim, a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS e perpetuação das terapias complementares nos serviços de saúde, e conseqüentemente dificultando seu uso consciente pela população.

DISCUSSÃO

Os profissionais de saúde, com destaque para o enfermeiro são multiplicadores de conhecimento e concepções sobre cuidado e saúde, tendo como uma de suas atribuições

orientar e assistir a população no que diz respeito ao uso de fitoterápicos. No entanto, a orientação por parte desses profissionais é deficiente mesmo nos dias atuais, isso decorre da falta de conhecimento científico sobre esse tema, quer seja por falta de abordagem durante a formação acadêmica, ou mesmo, por falta de interesse desses profissionais no assunto (SAMPAIO et al., 2012).

As práticas integrativas e complementares atuam em todas as áreas do corpo, fornecendo melhores resultados quando comparado ao tratamento isolado de uma parte específica do organismo. De acordo com Silva et al., (2013) as práticas complementares vêm avançando, obtendo regulamentação por meio da Resolução do Cofen 197/ 97 que reconhece esses métodos como qualificação da equipe de enfermagem, portanto, é fundamental que os profissionais sejam formados tendo acesso ao núcleo básico da grade curricular, incluindo as PIC. Através dos resultados levantados nesse artigo, este evento não vem sendo reproduzido. O fato dessas disciplinas não serem ofertadas na grade curricular pode ser justificada pela falta do conhecimento do corpo docente acerca do tema, gerando assim um ciclo vicioso.

De acordo com os resultados levantados podemos observar um grande interesse por parte dos profissionais de

enfermagem no que tange a terapêutica fitoterápica, bem como, o reconhecimento de diversos benefícios no seu uso, porém, um dos principais fatores que corroboram com o distanciamento dos mesmos nessa prática está na ausência de capacitação dos profissionais, seja esta durante a graduação ou após sua formação. Segundo Bruning, Mosegui, Vianna, (2015) Há necessidade de buscar novos saberes a fim de promover saúde e prevenir doenças, devido à deficiência de capacitação durante a graduação dos profissionais de saúde em geral. Diante desta afirmação observamos a necessidade da introdução de disciplinas que tratem das práticas integrativas e complementares na grade curricular dos profissionais de saúde, bem como maior investimento na capacitação desse profissional.

Apesar do aumento do interesse da política de saúde pública atual sobre as PIC, pode ser reconhecida nos resultados a limitação de pesquisas e de literatura que abordem esse tema. Como hipótese levantada pelos autores Antonio, Tesser, Moretti- Pires., 2014 justifica-se a falta de pesquisa nessa área justamente devido ao pouco apoio ou ênfase governamental, bem como o predomínio do cuidado centrado no uso de medicamentos alopáticos. Diante disso afirma-se a necessidade de investir em pesquisas na área para que desta forma os profissionais de saúde

tenham acesso a informações confiáveis e possam acompanhar e instruir o paciente de forma mais segura já que o uso indiscriminado de plantas como opção terapêutica pode levar a diversos efeitos tóxicos.

Diante dos resultados levantados, pode ser observado que a relutância cultural é decorrente da supervalorização dos medicamentos alopáticos pela população e pela falta de crença nos medicamentos fitoterápicos, visto que, esses são tidos como incapazes de resolver os problemas de saúde. A população ainda visualiza no medicamento alopático o método mais eficaz para o tratamento de enfermidades, bem como a maior agilidade no processo de cura, boa parte da população relata que utiliza a fitoterapia apenas para problemas mais simples, desta forma é necessário que os profissionais estejam capacitados a informar a população sobre a eficácia do uso dos fitoterápicos. Outro fator que dificulta a utilização dos fitoterápicos na APS é carência de insumos que muitas vezes não existem nos serviços de saúde, limitando sua aplicabilidade, muitos profissionais referem não ter acesso, pois, a unidade não disponibiliza os insumos.

E por último, outro fator que dificulta a aplicabilidade e recomendação da fitoterapia nos serviços de saúde, é a inconsistência do saber popular, pois os autores citam que o

conhecimento popular oferece algumas percepções erradas sobre a utilização dos fitoterápicos, o que dificulta sua aplicação, muitos pacientes utilizam de forma indiscriminada e não procuram ajuda dos profissionais ao iniciar o uso, desta forma os profissionais de saúde devem estar atentos realizando uma anamnese completa a fim de identificar hábitos dos usuários, principalmente àqueles que possam gerar danos (VARELA; AZEVEDO, 2013).

CONCLUSÃO

Diante da publicação do Caderno de Atenção Básica nº 31, no ano de 2012, intitulado: “Práticas Integrativas e Complementares: Plantas medicinais e fitoterapia na atenção básica” nota-se um maior incentivo em consolidar o uso dessa terapêutica nos serviços de saúde. Desta forma, os profissionais devem estar capacitados para abordar essa modalidade terapêutica.

Os resultados apontam o interesse dos profissionais em trabalhar com os fitoterápicos, porém, muitos deles referem não ter segurança pra abordar o tema e nem disponibilidade de insumos. O problema na formação profissional dos enfermeiros nos faz repensar o papel da graduação enquanto base do saber teórico-prático dos profissionais da área da saúde no geral. É preciso incentivar o uso das terapias complementares a partir do

processo de formação desses profissionais, tendo em vista que se trata de uma terapêutica aceita e reconhecida pelo SUS. Também é preciso uma educação permanente que venha capacitar os profissionais já atuantes. Para que em equipe, possam orientar a população sobre as diversas PIC existentes. Precisa-se regatar o saber que envolve a fitoterapia através da implementação da mesma na atenção primária à saúde.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, G. D.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otavio. Fitoterapia na atenção primária à saúde. Florianópolis: **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 3, p. 541-553, 2014.
- BASTOS, R. A. A.; LOPES, A. M. C.. A fitoterapia na Rede Básica de Saúde: o olhar da enfermagem. **Rev. bras. ciênc. saúde**, v. 14, n. 2, 2010.
- BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; DE MELO V. C. M.. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu-Paraná: a visão dos profissionais de saúde. Rio de Janeiro. The use of phytotherapy and medicinal plants in primary healthcare units in the cities of Cascavel. **Centro**, v. 84172, p. 440, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares**. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2012.
- CEOLIN, T. et al. Relato de experiência do curso de plantas medicinais para profissionais de saúde. Rio Grande do Sul: **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. 501, 2014.
- DA SILVA, N. C. M et al. Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa. Minas Gerais: **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 1061-7, 2013.
- FONTENELE, R. P et al. Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2385-94, 2013.
- SCHVEITZER, M. C.; ZOBOLI, E. L. C. P. Papel das práticas complementares na compreensão dos profissionais da Atenção Básica: uma revisão sistemática. São Paulo: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe, p. 184-191, 2014.
- SAMPAIO, L. A. et al. Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia*. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 77-85, 2013.
- SANTOS, R. L. et al. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. Campina Grande: **Rev. bras. plantas med**, v. 13, n. 4, p. 486-91, 2011.
- VARELA, D. S. S.; AZEVEDO, D. M. Dificuldades de profissionais de saúde frente ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**. v. 5, n. 2, p. 3588-3600. Rio de Janeiro, 2013.
- VARELA, D. S. S.; AZEVEDO, D. M. de. Opinião de médicos e enfermeiros sobre o uso da fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Básica. **Rev. APS**, v. 17, n. 2, 2014.